



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE – PLANO DIRETOR

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 18 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Boa noite a todos.

Desculpem o pequeno atraso, mas, na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 18ª audiência pública do PL 688/13, Plano Diretor Estratégico.

Essa audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente, desde o dia 24/10/2013; foi publicada no *Diário de S. Paulo* no dia 31/10/13 e na *Folha de S. Paulo* no dia 01/10/13.

Hoje foram convidados o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, o urbanista e arquiteto Fernando de Mello Franco, que se encontra presente; o Sr. Tomás Cortez Wissenbach, Diretor do Deinfo, também presente. Por favor, componha também a Mesa; do Ministério Público, convidamos o Sr. Maurício Ribeiro Lopes, o Dr. José Carlos Freitas, o Dr. Mário Augusto Malaquias. Não sei se estão presentes.

O Vereador Nabil Bonduki deve estar chegando também.

Hoje vamos falar sobre a Gestão Democrática da Cidade. O título preciso é esse, não é, Fernando?

Vamos pedir, então, que o Secretário Fernando de Mello Franco faça a abertura.

Eu queria comentar Gestão Democrática e Descentralização.

Vamos fazer 25 audiências públicas sobre o Plano Diretor, sendo que 10 delas temáticas como esta.

As temáticas aconteceram aqui na Câmara. E faremos uma em cada uma das 31 Subprefeituras. E fizemos, inclusive, no feriado de sexta-feira, no sábado, no domingo e estamos fazendo praticamente uma a duas audiências públicas por dia e o objetivo é debatermos e ouvirmos o máximo possível, com relação à sociedade, até porque entendemos que quem usa a Cidade e quem mora ou trabalha em determinado é que conhece melhor do lugar, conhece os problemas daquele lugar, conhece as prioridades para aquele lugar.

Então, elas estão sendo muito úteis, com participação, às vezes, nem com muita

quantidade, mas com muita qualidade; participação bastante interessante. Por exemplo, ontem, pleno domingo, no meio do feriado prolongado, na Penha, no Cangaíba, havia cerca de 40 pessoas, mais 14 perguntas muito bem colocadas: 14 pessoas que se inscreveram, com muito conhecimento, que contribuíram bastante.

Na quinta-feira, houve a temática de Habitação aqui na Casa, com mais de mil pessoas, entre este local e o auditório lá embaixo, a rua etc., com participação de mais de 35 pessoas inscritas para questionar etc.

Então, as audiências têm sido bastante proveitosas.

Não vou comentar nada sobre a questão da Gestão Democrática. Só um aspecto que achei estranho, que é com relação aos Planos de Bairro ser implementados por decreto, que achei que aí não é uma gestão muito democrática. Acho que pode ser discutido, mas, obviamente, deveriam ser aprovados aqui pela Câmara, por lei, não é? Seria mais democrático: discutido com as Comissões, com os Conselhos das Subprefeituras e, depois, por aqui. Mas, enfim, isso é justamente o papel da audiência pública.

Por outro lado, temos de entender também que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano fez um trabalho de fôlego, apresentando à Câmara, ainda neste primeiro semestre, o Plano Diretor, e sabemos que não é uma coisa simples.

Em função também de o Plano Diretor interferir no dia a dia de todo mundo, é muito difícil de agradar cem por cento das pessoas. Obviamente, ele tem problemas, inclusive de opinião: várias coisas podem soar como controversas, mas tudo tem uma explicação, e o objetivo é exatamente fazermos o ajuste de compatibilizar a cidade ideal com a cidade real.

Passo a palavra para o Secretário Fernando de Mello Franco.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Boa noite a todos. Cumprimento o Presidente Andrea Matarazzo. Estamos aqui para mais uma sessão temática. Já passo a palavra para o Thomaz para que possamos iniciar uma breve apresentação a fim de darmos o maior espaço possível para o objetivo deste encontro, que é ouvir a opinião de todos para que

possamos encaminhar todo esse processo de revisão posterior – que, na verdade, já está em curso – do Plano Diretor Estratégico.

O SR. TOMÁS WISSENBACH – Boa noite a todos. Sou Diretor da SMDU, e a proposta é que possamos apresentar os preceitos, as premissas e os conceitos que estruturaram essa proposta de gestão democrática dentro do Plano Diretor e que, evidentemente, está associada a um conjunto de ações do Governo relacionadas ao tema da participação social, pois o Plano Diretor não esgota esse conjunto de conteúdos relacionados à participação, até porque o entendimento é que a participação está muito mais vinculada - mais do que necessariamente a construção de processos legislativos - às premissas políticas de atuação de um governo. Portanto, há uma relação muito forte entre o que se pratica dentro do Governo, o conjunto de ações que estão sendo estruturadas ao longo deste primeiro ano, e o que está previsto no projeto de lei do Plano Diretor Estratégico.

Nessa linha, quero tratar do conceito que se trabalhou ao longo desse processo de elaboração participativa do Plano Diretor. Fizemos quatro rodadas, mais a discussão pública e as devolutivas, um processo que envolveu um diálogo muito grande. Evidentemente, procuramos contemplar o maior conjunto de propostas dentro do que estava alinhado, ou seja, dialogando com as ações e com o que está sendo implementado no Governo, respeitando o conjunto de processos que andaram em paralelo à estruturação de um sistema municipal de participação, que foi feito ao longo de 2013.

O conceito de gestão democrática que está sendo trabalhado, e que subsidiou e estruturou essa proposta que está refletida no projeto de lei e nas ações de governo, trata dos espaços de planejamento com a sociedade, abrangendo tanto o mecanismos de interação, de diálogo, de consulta, como instâncias, sejam elas de caráter consultivo ou deliberativo. Ao mesmo tempo, há a implementação de mecanismos e ferramentas de controle e avaliação das políticas públicas. Então, a ideia, o princípio da gestão democrática passa por esses três processos.

O fundamental – e essa é a grande preocupação que norteou a elaboração do Plano Diretor, que está agora colocado dentro das ações que estão sendo estruturadas no âmbito da gestão – foi, sobretudo, trabalhar a articulação dos mecanismos e instâncias de gestão democrática. Se por um lado há um grande esforço de vários governos de se romper a perspectiva setorial das políticas públicas - a Habitação só cuida de habitação, Drenagem só cuida de drenagem, Infraestrutura Urbana só cuida de infraestrutura urbana -, não há um diálogo entre esses setores, o que leva, evidentemente a desperdício de recursos, a atrasos de processos, por não se pensar de forma integrada as intervenções urbanas, e a resultados negativos indesejados.

Existe, então, uma preocupação muito grande de se trabalhar no âmbito do Governo com processos intersecretariais, com articulação das políticas públicas setoriais. Esse processo precisa também se refletir nas instâncias e nos mecanismos de participação social. O grande objetivo do Sistema Municipal de Participação, que está sendo criado e que deve entrar em consulta em janeiro, é exatamente estabelecer fluxos entre diferentes Conselhos setoriais para que essa ruptura da setorialidade das políticas possa se dar também nos processos participativos. A premissa é que isso também permita, inclusive por parte da sociedade civil, uma maior incidência sobre o direcionamento e sobre os encaminhamentos das diversas políticas públicas à medida que se cria a possibilidade dessa articulação intersetorial.

Um exemplo mais concreto que pode ser citado é o Plano Municipal de Mobilidade, que já envolve uma articulação entre o Conselho da Cidade, o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito e o Conselho Municipal de Política Urbana. Isso permite que um plano tão importante como o de mobilidade não siga unicamente um enfoque de transporte, mas que possa interagir com o enfoque ligado ao desenvolvimento da Cidade e também com uma abordagem que considera a inserção urbanística de todas as ações e investimentos previstos. Dessa forma, cria-se um diálogo entre esses Conselhos, permitindo que as políticas e os planos urbanos tenham um enfoque setorial.

Dentro desse contexto, temos uma combinação entre alguns avanços e algumas propostas colocadas no PL 688/13, com ações de governo que estão em andamento, que estão sendo articuladas e estruturadas neste momento.

Em relação aos avanços do PL 688/13, vou passar com mais detalhes por alguns pontos, mas é importante destacarmos o reforço do papel de planejamento e controle desempenhado pelo Conselho Municipal de Política Urbana, inclusive colocando-se um elemento novo que consideramos bastante importante, que é o diálogo entre o Plano Diretor, em termos de instrumentos de planejamento urbano da Cidade, e os instrumentos de gestão orçamentária.

Pela primeira vez está-se incorporando no papel do Conselho Municipal de Política Urbana todo o acompanhamento orçamentária daquelas prioridades que estão apontadas nas ações prioritárias, que constam do Plano Diretor, com os instrumentos de planejamento orçamentário, com destaque para o Plano Plurianual, um instrumento importante que tem que dialogar com o Plano Diretor e com os sucessivos programas de metas. Não existia essa obrigatoriedade de os prefeitos apresentarem o programa de metas, mas é uma novidade de 2007. Agora, a partir desse Plano Diretor, já se está prevendo, via CPMU, uma possibilidade de diálogo, de acompanhamento da execução concreta das prioridades que estão sendo apontadas no Plano Diretor e que precisam se refletir nos instrumentos de planejamento orçamentário. Precisam se refletir em recursos, nos balanços de execução orçamentária etc.

Nesse sentido, de acompanhamento, de instrumentalizar o controle social, de fornecer instrumentos para que o controle social seja mais efetivo, há necessidade de um grande fortalecimento do sistema municipal de informações, que já está em implantação por parte do Governo e que é fundamental para qualificar o debate público e fornecer à sociedade civil instrumentos que permitam monitorar e avaliar as ações do Plano Diretor – sejam os objetivos, sejam as diretrizes, sejam as ações que estão concretamente apontadas ao longo do Plano.

Em termos de consolidação das ações de Governo, destaco duas, bastante importantes. A primeira é a construção do Sistema Municipal de Participação. Trata-se da importância de se articular os diversos conselhos que existem e que estão sendo criados na Cidade. Por um lado, você amplia a participação setorial, criando novos conselhos; por outro lado, é importante você evitar o risco de que a atuação desse Conselho seja dispersa e que não haja nenhum mecanismo articulador dessas instâncias de participação.

O segundo ponto, o Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento, que criou o Conselho Participativo de Planejamento e Orçamento, conselho com uma composição bastante ampla, que absorve, por um lado, as representações regionais, dos conselhos locais, dos conselhos das subprefeituras – trazendo, portanto, demandas locais específicas e dialogando com o conjunto da Cidade, com o que se discute nos conselhos das subprefeituras. E, por outro lado, trazendo a participação dos diversos conselhos setoriais, trazendo também – na discussão e no debate de todo o ciclo de planejamento e orçamento, todo o ciclo de elaboração e acompanhamento desses instrumentos de planejamento e orçamento – essas composições setoriais.

É importante destacar que a minuta do Conselho está disponível para sugestões e participações, como aconteceu com o Plano Diretor. Isso já foi objeto de alguns seminários e debates públicos. Esse Conselho Participativo de Planejamento e Orçamento aborda a totalidade da discussão orçamentária no âmbito do Governo. Portanto, ao invés de se deliberar sobre uma parcela de minuta do orçamento, de alguns investimentos locais. O que se está propondo aqui é fazer a discussão global desses instrumentos.

Além disso, destaco também uma minuta que também passou pela consulta pública: o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, mais uma instância para que se discuta e se pautem as questões relacionadas à transparência e às práticas do Governo Aberto, também um processo que acabou de passar por uma minuta participativa. Fecharam-se as contribuições, que, agora, devem compor um projeto de lei que será enviado à Câmara

Municipal.

Tudo isso é para apontar que o Plano Diretor dialoga com um conjunto de ações e uma concepção de gestão participativa, que é mais ampla, que está sendo proposta no Governo, está sendo estruturada de formas diferentes, que busca articular essas instâncias de participação, que não se restringe ao que está colocado nesse projeto de lei. Há tempos diferentes sendo construídos junto com o Plano Diretor – dialogado, mas respeitando conteúdos específicos, distintos,

No Plano Diretor, o que se está propondo é um conjunto de mecanismos de participação, que inclui a elaboração dos planos – sejam os regionais, sejam os setoriais, sejam os de desenvolvimento de bairros -, cada um com uma proposta distinta de institucionalização. A proposta dos planos de desenvolvimento de bairro, por exemplo, é que eles sejam aprovados pelos conselhos locais, das subprefeituras, o que sugere um dinamismo maior na discussão das estratégias específicas para cada bairro. Que a gente possa, no nível local mesmo, permitir a sua institucionalização.

Em relação aos mecanismos de participação, o Plano Diretor prevê, de forma articulada, mecanismos com abrangências e sentidos distintos. Por um lado, há a questão territorial; por outro, as políticas setoriais, e, finalmente, a proposta daquilo que trata e trabalha todo o Município.

Em relação aos mecanismos de abrangência territorial, é importante destacar que todos os instrumentos urbanísticos presentes no Plano Diretor estão trabalhando, estão exigindo, no seu texto, os mecanismos de participação e controle social. Esse é um conceito que perpassa todos esses mecanismos, seja na estruturação das operações urbanas consorciadas, seja nos planos regionais e planos de bairro, seja também na questão dos conselhos gestores das ZEIS e nas AELs – Áreas de Estruturação Local, que preveem também esses mecanismos e essas instâncias de participação e controle social.

Esse é um conceito que passa também pelo âmbito das ações estratégicas do

Plano Diretor, das ações prioritárias relacionadas aos sistemas urbanos ambientais. Vocês podem ver que nesse Capítulo IV estão previstos uma série de planos setoriais de cunho territorial, dialogando com sistemas urbanos e ambientais. Em todos esses planos também está explícita a necessidade de contemplar mecanismos de participação e controle social. O que está proposto no Plano Diretor é que esses mecanismos não devem necessariamente ser detalhados totalmente. Se você vai fazer um Plano Municipal de Habitação, para que ele atenda o Plano Diretor, ele tem que prever processos participativos, e isso, evidentemente, é um processo que a sociedade tem cobrado. Mas, como isso vai se dar, como isso vai ser construído no detalhe, a gente entende que é algo que tem de ser estruturado e discutido em cada um desses planos e não previsto na sua totalidade no texto do Plano Diretor.

Em relação aos mecanismos de abrangência municipal, tem uma proposta de regramento para as audiências públicas como a questão da transcrição e divulgação prévia. Foram demandas que vieram do processo participativo para que se fortalecesse esse regramento em relação às audiências públicas.

Há uma novidade em relação às iniciativas populares. O Plano Diretor vigente põe em destaque os plebiscitos, os referendos e as iniciativas populares de lei. A possibilidade que está sendo criada neste Plano Diretor é essa iniciativa popular servir também para planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Plebiscitos, referendos e as iniciativas populares estão previstos na Constituição Federal com o rebatimento aqui dos planos, programas e projetos de desenvolvimento da Cidade.

Outro aspecto novo importante é prever os instrumentos de promoção da cidadania. Sabemos que a discussão do desenvolvimento urbano, do urbanismo, muitas vezes passa por mecanismos tecnicamente complexos, mas que afetam diretamente a vida de todo mundo. Em face disso, é importante que o Poder Executivo promova instrumentos, formação, crie possibilidades para que a participação social possa ser mais efetiva e que o conhecimento técnico possa também chegar à população.

Finalmente, um aspecto importante que falei rapidamente é exatamente a criação do Sistema Municipal de Informações, algo que vem do Plano Diretor vigente e está previsto também na Lei Orgânica. O que se procurou na proposta do PL foi avançar nessa estruturação do sistema, principalmente trazendo a concepção de transparência e publicização dos documentos e, fundamentalmente, obrigando o Poder Público a elaborar de forma participativa indicadores de monitoramento e avaliação do PDE.

A partir de agora, anualmente, com periodicidade regular, o Executivo tem de definir quais são os indicadores em conjunto com a população que servirão para que possamos monitorar e avaliar o plano. Então, as propostas partem de algumas premissas e a gente precisa, anualmente, acompanhar para saber como isso está evoluindo, o que está dando certo e o que está dando errado. Essa é uma novidade importante relacionada ao sistema acompanhamento do Plano Diretor e isso está vinculado não só aos objetivos gerais do Plano, mas todas as ações prioritárias, as macroáreas, enfim, o conjunto de elementos e objetivos específicos que estão sendo colocados no Plano Diretor.

Essas são as ideias postas em debate depois de um processo intenso de participação no âmbito do Executivo e esse é o sentido da participação social e da gestão democrática da Cidade que está sendo colocada nessa proposta de Plano Diretor da cidade de São Paulo.

Fico à disposição para esclarecimentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Informo a presença do Vereador Nabil Bonduki.

Nabil, você quer falar alguma coisa ou podemos ir diretamente às manifestações?

O SR. NABIL BONDUKI – Podemos ir às manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Então, Sra. Márcia Varioleti, da Frente de Moradores e Entidades.

A SRA. MÁRCIA VARIOLETI – Boa noite a todos. A primeira observação que

gostaria de fazer sobre esta audiência pública é que são itens extremamente complexos para poder avaliar na questão de participação. Colocar esses artigos todos para a gente poder avaliar é um pouco complicado.

Outro ponto que gostaria de destacar é que se fala em democracia participativa. A gente tem de levar em consideração que democracia é sinônimo de participação, ela é substantiva e não deve ser adjetivada por participativa. Está implícita a nossa participação. Então, quando você fala democracia participativa, é redundância e confunde as pessoas porque já é um direito adquirido.

A legislação Federal dá canais para a sociedade poder participar e o Poder Público utilizar desses canais. Entre eles a gente tem o próprio Plano Diretor, os planos regionais, planos de bairro, os conselhos municipais e de gestão, as consultas públicas e as audiências públicas.

Então, na legislação isso é o ideal. Mas na prática, observamos que falta regulamentação e sistematização obrigatória desses canais. E aí, deparamo-nos com a ineficiência desse modelo. Por exemplo, o Plano Diretor deveria começar com uma consulta pública para ter uma efetiva participação. Por quê? Porque o Executivo é o único órgão que tem todas as informações sobre a Cidade, aquilo que está sendo feito, o que não foi feito em relação ao Plano Diretor anterior e as expectativas futuras.

Então, deveríamos ter recebido aquele encarte em fevereiro - e não em junho - através de uma consulta pública, que mostraria o que o Governo pretende com o Plano Diretor da cidade. Daí, teríamos um prazo de, pelo menos, 120 dias para discutir isso e depois, sim, poderíamos falar de uma participação.

Em um segundo momento, partiríamos para as audiências públicas que estamos realizando. Por quê? Você não sabe como ele foi elaborado e a participação fica meio Frankenstein porque eu olho pedaços da coisa. Por lei, já está garantido que podemos planejar isso de forma mais equilibrada.

Um dos importantes instrumentos de participação são os conselhos. Eu peguei no *site* apenas 16 Conselhos Municipais. Muitos eu nem sabia que existiam e tive a surpresa de saber de mais alguns que serão implantados e um que não está implantado, mas é mencionado como Plano Diretor, quando é um plano de governo, programa de governo, que é o Conselho Participativo.

Esses conselhos, por lei, têm a importância de ser instrumento de participação da sociedade na gestão e ordenamento da Cidade. Qual é o problema deles? Alguns conselhos, inclusive têm repasses e recursos obrigatórios por lei, como Saúde e Educação. Como eles funcionam? Temos conselhos consultivos, ninguém delibera sobre nada, e a gente nunca sabe por que vai e a maioria deles não se reúne. Não temos essa participação. São conselhos meramente figurativos.

A exceção que temos é a C MPU, que está sendo aniquilada mais do que já é porque não temos a questão paritária nos conselhos. Colocam-se setores, como está sendo destacado pelo Tomas, SECOVI, Sinduscon, Instituto de Arquitetura como representantes da sociedade civil e eles não são representantes da sociedade civil, eles são, como foi dito aqui, representantes setoriais. Então, o que acontece? Eles entram no compito da sociedade civil e em um conselho importante, como o de Política Urbana que acaba não sendo deliberativo e nem consultivo, ele é só ratificador das medidas, você tem uma pessoa representante da sociedade civil que, normalmente, é massacrada na hora da votação.

Há que se reformular essa questão dos conselhos como instrumento e o Plano Diretor ignora conselho. Não há um artigo que coloca como instrumento de gestão claramente os conselhos que farão parte da gestão da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Só a questão do tempo, por favor.

A SRA. MÁRCIA VARIOLETI – Eu vou pedir o tempo. Quem ia me dar o tempo? Eu tinha de falar mais alguma coisa. Eu vou pedir para que isso aconteça, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Quanto tempo?

A SRA. MÁRCIA VARIOLETI – Mais uns três minutinhos. Eu só quero deixar claro a questão desses instrumentos de participação.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – A senhora não pode se reinscrever depois?

A SRA. MÁRCIA VARIOLETI – Reinscrever? Interessante isso.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – É para dar oportunidade para todos.

A SRA. MÁRCIA VARIOLETI – Eu vou fazer o seguinte, a verdade é uma só. O Plano Diretor coloca questões que são programas de meta, como o Centro de Convenções, o Piritubão e esquece o turismo que ele diz da Cidade.

Não tem um lugar sobre turismo na Cidade. Os megaeventos esportivos, Copa, tudo isso, em que quadro está como instrumento de participação e gestão da Cidade? Não temos esses documentos firmados. Então, você está gerindo uma cidade de que maneira? Que instrumentos você está usando? Conselho não funciona, os conselhos gestores também não funcionam. Omitem-se eventos que interferem na Cidade. Então, queria saber qual é o prazo e a formação disso.

Eu vou entregar e protocolar o meu ofício que detalha as coisas. Mas, Vereador, por favor, eu gostaria que fosse levado em consideração da gestão e participação.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Ok. Muito obrigado, Sra. Márcia.

Próximo é o Sr. Mauro Cagliari.

O SR. MAURO CAGLIARI – Boa noite. Minha contribuição é no sentido de tentar reduzir a complexidade do Plano.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Mauro, desculpe, eu vou pedir licença porque tenho outra reunião.

Passo a Presidência para o Vereador Nabil Bonduki.

- Assume a presidência o Sr. Nabil Bonduki.

O SR. MAURO CAGLIARI – Temos quase uma Constituição, tamanha a quantidade de artigos.

A primeira é em relação à escala. No Plano, fala-se de escala de bairro, escala regional, e não fala nada sobre escala metropolitana. Sabemos da inserção de São Paulo na metrópole, e acho que deveria ter algum tipo de menção no Plano e como seriam os instrumentos de ligação do Plano Diretor do Município com os planos metropolitanos, especificamente, algumas ações que dizem respeito à Cidade, mas que não são tomadas pela Prefeitura, como por exemplo, as estações de metro que são feitas pelo Estado e que não prestam contas das obras do entorno e não há nenhuma menção a elas no Plano Diretor. Isso é importante ser mencionado.

O segundo ponto é sobre o plano de desenvolvimento de bairro. Não está claro no Plano Diretor e é importante explicitar se ele é subordinado, se deveria vir depois do plano regional ou não, imagino que sim nessa ordem de cascata que estamos trabalhando e acho importante que seja. Há várias questões de edição e redundância. Se o objetivo é fazer com que o Plano de Bairro exista, porque hoje é pouco usado, que se reduza um pouco. Há um artigo aqui que fala em 18 propostas, no mínimo, que cada Plano de Bairro deveria conter em várias áreas e várias delas são redundantes: praças públicas, espaços públicos, condição de circulação, segurança na circulação.

Eu gostaria de propor que as assessorias dos Vereadores trabalhassem no sentido de reduzir essas 18 para talvez, no máximo, dez. Senão, está desestimulando em vez de estimular os Planos de Bairro. Está no artigo 118.

O último é em relação às audiências públicas, artigo 233. Esse é um grande avanço desse plano, como o Tomas mostrou, que em empreendimentos que exijam estudo de impacto, a Subprefeitura realizará audiências públicas para poder verificar o que pode fazer em relação a esse impacto. Não está claro se a Subprefeitura pode realizar ou se deve realizar. Seria

importante ter uma frase mais contundente. Especificamente em relação a isso, acho que é um mecanismo ótimo para acabar com esses empreendimentos que fecham quarteirões, grandes *shoppings centres* que hoje são analisados somente do ponto de vista da CET ou ambiental, mas os moradores praticamente ficam reféns e ilhados quando há esses grandes empreendimentos.

A minha sugestão seria que o Conselho Participativo fosse, de fato, obrigado a ter participação na aprovação desses grandes empreendimentos visto que nunca teremos a garantia de que não vamos nos deparar com um quarteirão fechado, murado, que impeça a vida no bairro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Mauro.

O próximo é o Sr. Jurandir Souza. Não está? Então, chamo o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Laerte Brasil, Presidente Mundial da Uni Global, Nação e Cidade.

Quando participava da audiência pública sobre os conselhos representantes, que foram vetados pelo Ministério Público através de uma Adin, coloquei imediatamente a constituição dos conselhos participativos.

Os conselhos que serão eleitos nas Subprefeituras não são deliberativos. Defendemos que sejam deliberativos das políticas públicas junto com as Subprefeituras em cada território. Além de defendermos em todas as audiências públicas a isenção de imposto para empresas se instalarem nos bairros da zona Leste e zona Sul, defendemos também o desenvolvimento de políticas públicas para a instalação de mais 100 mil empresas.

Os Planos de Bairro incluam e os bairros tenham cinema, centros culturais, bancos, correios para o munícipe não ter de se deslocar do bairro para fazer os pagamentos das contas no Centro, e a criação de um sistema de esporte, lazer, cultura e turismo, principalmente nos bairros da zona Sul.

Defendemos um plano de metas avançado para cidade de São Paulo para atingir 800 km de metro, 300 km de BRTs, cinco mil km de ciclovias e 300 km de pista de Cooper.

Há 20 anos apresentamos um plano de mobilidade urbana avançado para 2012, que previa 300 km de metro construídos até 2012, os governos retrocederam e implantaram a corrupção desviando dinheiro do metro. Dava para fazer porque o dinheiro que foi roubado pelo governo daria para ser construído mais 150 km até 2012. Mas retrocedemos.

A Cidade do México, que começou o processo de construção do metro em 1970, tem 260 km. Hong Kong tem 300 km. A China começou há cinco anos e hoje está com 90 km. Londres tem 400 km. São Paulo retrocedeu causando um caos em toda a Cidade.

Eu fui para cima do ex-prefeito e denunciei em várias audiências públicas a máfia que ele montou para desviar dinheiro roubado do povo, inclusive do IPTU, só desse montante, dos 14 bilhões que ele roubou com a máfia, três bilhões do metro.

Estamos organizando uma conferência, um grande prêmio de corrida de rua da mulher, em março, e esse ladrão falou junto com o vice-governador, outro comparsa dele, inclusive até o Presidente desta Casa, que disse que iria distribuir três bilhões do dinheiro roubado para o Prefeito Haddad impedir o evento, ratear para os 50 Vereadores aqui através do Presidente desta Casa e ninguém seria punido.

Eu conheço o comportamento democrático e ético do Prefeito Fernando Haddad e vamos entrar com um projeto na secretaria e já vou entrar com esse documento denunciando o que esses ladrões falaram e que os bonecos deles estão fazendo, que é o Secretário de Segurança Pública, esse outro pilantra, o Comandante Geral da Polícia Militar que está fazendo a distribuição de roubar dentro da polícia para me perseguir. Além disso, esses três ladrões falaram que eles fizeram distribuição e roubaram também para o Presidente do Tribunal de Justiça, o Ministério Público através do Procurador Geral e a Dilma e Michel Temer fazendo distribuição de dinheiro roubado dentro do Exército. Assim falaram esses três ladrões.

Eu vou colocar no gabinete do Prefeito e vou denunciar esse bando de ladrões que

estão querendo tapar o sol com dinheiro roubado, mas eu vou arrebentar e trucidar com esses bandidos pela sombra.

É o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Laerte.

Próximo é o Sr. Rui Barreto, da Sociedade Amigos de Cidade Jardim.

O SR. RUI BARRETO – Boa noite a todos.

Primeiramente, quero falar sobre os conselhos participativos. A alegação foi de que eles tinham mudado o nome de conselho de representantes, como consta da lei, para conselhos participativos porque havia demandas judiciais contra esses conselhos de representantes que reza o Estatuto das Cidades. Outra desculpa era que mais tarde, quando fossem resolvidos os problemas na justiça, na instância superior, usariam esse trabalho efetivado já nos conselhos participativos.

Mas os conselhos participativos deveriam seguir, mais ou menos, as instruções do que reza o Estatuto da Cidade. Por exemplo, como a Sra. Márcia bem falou, esses conselhos que existem hoje não representam nada. Eles não têm a representatividade popular. Por quê? Porque pertencem a grupos setoriais e não pertencem à população local. O Estatuto da Cidade reza que não pode haver participação política nesses conselhos, de maneira nenhuma. Eles colocam o Presidente do Conselho, inclusive, como político. Então, acontecem barbaridades e a representação popular não acontece.

Eu acho que para evitar que este Plano Diretor não seja depois castigado por processos da Promotoria seria interessante que seguisse a regra do Estatuto da Cidade. Lá diz perfeitamente como tudo tem de ser feito.

Era só isso, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Rui.

Eu queria esclarecer uma coisa, só para não discutirmos no debate do Plano Diretor assuntos que, de fato, não são tratados nele. Na verdade, o Conselho de

Representantes ou Conselho Participativo não está no Estatuto da Cidade, mas na Lei Orgânica do Município e não é regulamentado pelo Plano Diretor. Quem é regulamentado pelo Plano Diretor é o Conselho Municipal de Política Urbana, que é do Plano Diretor atual e que agora está sendo revisto nesta proposta. A Câmara Técnica de Legislação Urbanística também está regulamentada por ele.

Agora, o Conselho Participativo está regulamentado por um decreto baseado na lei aprovada, no início deste ano, da Reforma Administrativa e na Lei Orgânica do Município. Só para a gente não discutir temas que o Plano Diretor não vai regulamentar. O Plano Diretor não vai tratar de Conselho Participativo, poderia até tratar, mas não está tratando. Não sei se é isso que está se propondo. Por quê? Porque os Conselhos Participativos, que são relacionados com as subprefeituras. Isso está tratado numa outra lei, numa outra legislação.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O que está tratado, no Plano Diretor, é o Conselho Municipal de Política Urbana.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Não, mas ele não está regulamentando o conselho, porque o conselho já está criado por outra legislação.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Lucila.

A SRA. LUCILA – Boa noite a todos. Surgiu a questão do conselho participativa e o

Conselho Municipal de Política Urbana.

O artigo 224 da proposta do Plano Diretor diz que, quanto aos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras ou quando esses forem substituídos, os conselhos de representantes têm suas atribuições. Falo do Conselho Participativo Municipal das Subprefeituras. Para ser participativo, qualquer conselho, qualquer câmara técnica, qualquer comissão, tem de ter direito de decidir e direito de veto. Se não for assim, é uma falácia. Tenho participado de conselhos de câmaras técnicas, onde pessoas qualificadíssimas vão lá, dedicam seu tempo e, na realidade, infelizmente, não existe uma sistemática na Prefeitura, para que esses conselheiros realmente decidam o que a Cidade deveria atender.

Falo do caso do Conselho Municipal de Política Urbana, com muita tranquilidade, porque fui eleita, por três vezes, como representante da macro-Oeste, que engloba três subprefeituras, Lapa, Pinheiros e Butantã. Nós não decidimos absolutamente nada. Simplesmente chancelamos o que a Administração de plantão deseja. Se não chancelamos, pelo menos, votamos contra, mas não há um trabalho sistemático, onde os conselheiros realmente opinem e aquela opinião valha como uma decisão.

Inclusive agora, no caso do Plano Diretor, da minuta apresentada em agosto e encaminhada outra versão para a Câmara Municipal, logo no início de setembro, vemos que o artigo 285 diz que compete ao Conselho Municipal de Política Urbana, CMPU, no inciso III, debater propostas e emitir parecer sobre proposta de alteração da lei do Plano Diretor Estratégico. Nós não emitimos parecer, e mal debatemos as propostas; e certamente nenhuma das propostas foram alteradas, com o objetivo de atender àquele grupo que estava ali.

Esse artigo 224, que fala do Conselho Participativo Municipal das Subprefeituras, diz que se deve acompanhar - acompanhar não é decidir - deve manifestar-se, opinar, indicar, encaminhar propostas e opinar sobre o projeto. Nada disso é decisão. Nada disso é veto. Então, enquanto nós não tivermos conselhos ou instâncias de decisão, onde realmente a população diga o que quer, de fato, para a Cidade, vamos brincar de democracia, porque isso

não é o que se faz hoje, infelizmente.

Então, mais uma vez, estamos ouvindo um discurso completamente descolado da realidade fática do nossa dia a dia, onde pessoas querem e podem se manifestar, e certamente a cidade pretendida pela população seria muito diferente dessa.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Daniel Aymoré Ferreira, do Grupo de Bem Estar e de Felicidade.

O SR. DANIEL AYMORE FERREIRA – Boa noite a todos. Sou educador popular, médico comunitário e demitido, diga-se de passagem, por cinco vezes, das organizações sociais de Saúde por todas as gestões, Kassab, Serra e Haddad. Também sou participante da 9ª Conferência Municipal da cidade de São Paulo. Encontrei lá com o Sr. Secretário Fernando. Há companheiros aqui que estiveram conosco também na Conferência Estadual das Cidades. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui entre seres humanos, trocando ideias e conversando.

A Sra. Lucila tirou as palavras da minha boca. Se não houver a possibilidade de deliberação, de decisão, todo esse sistema maravilhoso que foi dito é uma farsa, porque a democracia representativa no Brasil morreu. Faz tempo. O Sr. Marco Feliciano, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, está lá e ninguém o tirou. O Sr. Renan Calheiros, Presidente do Senado, está lá, e, no discurso de posse, disse que ia guardar a ética. Quem patrocina a 10ª Bienal de Arquitetura é a Odebrecht e também a Brookfield, envolvida no escândalo da máfia do ISS. Então, estamos brincando de democracia. A ONU estabelece o Dia Internacional de Direito à Verdade, mas, na verdade, a democracia brasileira é uma grande mentira. Onde estão outros nobres Vereadores aqui, nobre Vereador Nabil Bonduki? Por que o Vereador Andrea Matarazzo saiu para outro compromisso? O compromisso de S.Exa. não era conosco? Cidadãos, moradores e trabalhadores, essa gaiola de ouro é uma farsa.

Por que um Vereador ganha 25 mil reais e um trabalhador ganha 700 reais, para

ficar encalacrado no ônibus, por duas horas, para ir e para voltar? Estou aqui porque há um caso que é um emblema, como a Praça Tahrir foi para o Egito e a Praça Taksim foi para a Turquia. Aqui temos o Parque Augusta.

Encontrei-me com o Sr. Secretário no escritório da Associação Parque Minhocão. Que sempre foi sempre muito educado e cortês comigo, mas palavras amigas não dizem nada. Queremos atitude. Havia um decreto de utilidade pública, que declarou o terreno de 25 mil metros quadrados na mão de um banqueiro, o Sr. Armando Conde, dono do Banco de Crédito nacional e da rede de frango frito norte-americano KFC, e esse decreto foi deixado expirar pela gestão Haddad em agosto de 2013.

Fica muito chato explicar que um Governo que se diz popular e progressista, que tem uma causa popular de 40 anos, deixou a especulação vencer no centro de São Paulo. Falo de uma das regiões menos arborizadas da Cidade. Então, estou aqui indignado, protestando contra o descaso e a omissão do Poder Público. Chamamos o Vereador Nabil Bonduki, e S.Exa. foi a nossa assembleia pública. Agradecemos a sua presença, só que todas as suas iniciativas, como as da Sra. Raquel Rolnik e do Sr. Prefeito Fernando Haddad não demonstraram o empenho necessário para salvar essa área, uma das poucas verdes do centro da Cidade, que vão se transformar em duas torres de um banqueiro por dez mil reais o metro quadrado. Por que não fazem lá uma ocupação para moradia popular? Por que não fazem lá uma creche? Há 150 mil crianças fora das creches na cidade de São Paulo. Por que vão fazer duas torres para a classe alta colocar quatro carros na garagem? Faço essa pergunta para V.Exa., nobre Vereador e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Nós não aguentamos mais tanta hipocrisia, nós não aguentamos mais políticos que usam um discurso demagógico para cada grupo, para uma pessoa da moradia e para outra pessoa da classe média. Dizem: “Vamos ganhar as eleições”. Não aguentamos mais isso. Queremos ver atitudes. Então, estamos aqui em defesa do Parque Augusta. Queremos vetar o Parque Minhocão para a indústria automobilística e para os carros. Nós queremos que

os cidadãos ocupem o Parque Minhocão e também o terreno ao lado do Teatro Oficina, onde o Sílvio Santos quer fazer um *shopping center*. Queremos uma área livre para a comunidade do Bixiga fazer o que quiser, dançar, cantar, fazer um piquenique, andar de bicicleta e jogar bola.

Essa é uma Cidade para os cidadãos. Queremos decidir os destinos, os caminhos dessa Cidade. Então, vamos acordar. Não vamos entrar na cantilena dessa democracia participativa, porque a democracia está morta. Que democracia é essa? Participamos de todas as oficinas de revisão do Plano Diretor. Participamos das oficinas de revisão do Plano Diretor, e o Parque Augusta, prioridade nº 0 da Subprefeitura da Sé, sumiu do documento final. Na hora de o Sr. Prefeito foi falar para a Rede Globo, onde estava o Parque Augusta? Sumiu, desapareceu.

Então, não concordamos com a hipocrisia e com a demagogia. Queremos elogiar todo o esforço de construção e de diálogo, mas queremos atitude com resultados. Não adianta ficar no blá-blá, blá-blá e blá-blá. Podem dizer que o Marco Feliciano vai sair fora. O Renan continua lá. Aqui é a mesma coisa. Falo do Parque Augusta, o parque Minhocão. Queremos ver lá o Teatro Oficina ampliado, para a comunidade do Bixiga. A revolução somos nós.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Benedito Barbosa, da Central de Movimentos Populares.

O SR. BENEDITO BARBOSA – Em primeiro lugar, logo que o PL 688 chegou, na Câmara, o pessoal do fórum suprapartidário chamou uma reunião, para discutir exatamente esse tema da gestão democrática. Fizemos uma avaliação e a maioria das pessoas está na linha que a Sra. Lucila colocou, de que não há nenhuma articulação com o sistema de participação. Apresentar um PL e depois ser desarticulado com a pauta do Plano Diretor também é muito ruim.

Na minha opinião e na opinião das entidades - discutimos, na semana passada, esse tema - o tema da participação é a pior parte do PL 688. Ela está muito mal moldada. Ela é

completamente desarticulada. Não há uma hierarquização no processo de participação. Conferência, comissão, CAD(?), CMPU, tudo parece a mesma coisa, porque não há nenhum tipo de hierarquização nos processos de diálogo, de participação e de controle. Não há caráter deliberativo. Então, para que fazerem esses espaços, se vamos lá e não podemos deliberar e decidir? Então, é muito ruim. Não há jeito. Então, têm de mexer e alterar. Esperamos nós que a Câmara Municipal, de fato, possa cumprir o seu papel e alterar esse espaço da gestão democrático que está no Plano Diretor.

Outro ponto é em relação ao Conselho do Fundurb. Precisamos ter um quadro do que haverá, considerando a quantidade de dinheiro que vai entrar no Fundurb, por causa da outorga onerosa. É um absurdo não haver controle social e participação popular no conselho gestor do Fundurb. Haverá novamente um conselho gestor, como está agora? Com o dinheiro do Fundurb estar sendo gasto para fazer avenida para o Itaquerão, não fazem urbanização de favela, enquanto a Vila da Paz está abandonada.

Temos de fazer esse debate. O conselho do Fundurb tem de ter participação popular e tem de ter controle social, e os movimentos populares vão pressionar de todas as formas, para que esses espaços sejam deliberativos e haja um processo de hierarquização desses processos, de participação e de controle.

Há um retrocesso também na questão do conselho gestor da ZEIS. Se não estou enganado, o inciso XIII do artigo 10 diz que caberá às ZEIS acompanhar o processo de gestão, no âmbito dos projetos de ZEIS. Precisamos estabelecer o verdadeiro caráter do conselho gestor, caráter deliberativo. Se não fosse o conselho gestor da ZEIS deliberativo, talvez hoje o Projeto Nova Luz tivesse saído. Graças ao Conselho Gestor Deliberativo, conseguimos segurar. É claro que houve uma série de outras ações, mas o Conselho Gestor Deliberativo teve um papel importante. A proposta que está aqui retroage, retrocede em relação ao PDL de 2002. Uma última questão é em relação às obras e aos projetos de impacto. Estamos propondo duas questões.

Poderíamos aproveitar esse espaço, nobre Vereador Nabil Bonduki, para regulamentar o plebiscito e o referendo. Vamos pegar um caso concreto, o projeto da Água Branca. Houve uma insatisfação muito grande na aprovação da Operação Urbana Água Branca. Houve avanços, mas o fato concreto é que, na sociedade civil, que discutiu durante anos, a operação urbana, houve um descontentamento. Temos aí as outras operações urbanas. Aprovam um grande projeto de impacto aqui, mas tem de haver depois um referendo na comunidade, para ver se o povo aprova ou não esse projeto.

Do lado contrário, o Executivo, ao encaminhar um PL dessa natureza, teria de fazer um plebiscito, para discutirmos esse projeto. Então, poderíamos utilizar o plebiscito e o referendo como espaço concreto de consulta sobre esse projeto. Falo do referendo, quando aprovado, na Câmara, e o plebiscito, quando encaminhado pelo Executivo. Caso contrário, mesmo tendo os instrumentos propostos, nunca teremos a forma de utilizá-los de forma concreta, garantindo, de fato, lá controle social, o direito de veto, a deliberação e a participação concreta da sociedade. Não vamos participar de mentira.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Márcia Hirata, da FAU-USP.

A SRA. MÁRCIA HIRATA – Avançamos da Constituição de 88 para cá em relação ao processo participativo. Precisamos avançar mais. Quanto ao PDE de 2002, já avançamos, mas queremos dar mais um passo. Não queremos retroceder. Então, valem todas as falas aqui colocadas sobre a participação. Há vários espaços de participação, sem poder de decisão.

O que quero poder contribuir é com relação à composição dos conselhos. Já temos a experiência do SUS e o PL que veio do SMDU já indica uma composição tripartite, dentro dos conselhos. Isso já é indicado, mas não é detalhada a composição. Podemos usar uma experiência exitosa que já temos, os conselhos do SUS, que usa esse tripartite e tem a composição detalhada. Quando falo do Conselho de SUS, falo do Conselho de Saúde.

Uma coisa que faltou no Plano Diretor, mesmo com relação aos outros temas, é quanto ao espaço público. Temos conversado com o pessoal da rua e dos ambulantes. Há uma demanda de aprofundamento da gestão das propostas para o espaço público. Temos muitas propostas para os espaços entre os lotes, seja pelo Poder Público, seja pelo privado, mas não há com relação ao espaço público. Essa seria uma oportunidade de avançarmos, na Câmara, quanto ao espaço público. Há uma demanda de vários grupos, para poderem gerir o uso do espaço público, principalmente o pessoal do centro, quanto à cultura. Na periferia, pessoas demandam um espaço público, para que haja saraus. Às vezes, não conseguem usar o equipamento. Quando conseguem, dão vida aos equipamentos. Vira e mexe, são proibidos, por algum motivo político, são proibidos de usar esse espaço, que fica lá abandonado. Há uma grande demanda.

Também essa questão poderia caber nessa proposta, articulando mais os bairros, principalmente os da zona Leste, que entra com os corredores em radiais, mas não fazem articulação em trabalhos. Na Zona Norte, o pessoal também sente o mesmo problema.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Gerônimo Henrique Neto.

O SR. GERÔNIO HENRIQUE NETO – Boa noite a todos. Vou falar sobre o Plano Diretor, que para mim deixa um grande vazio para a sociedade participativa, porque, no Plano Diretor de 2002 e na Operação Urbana de 2001, pouco aconteceu. Foi realizado quase nada.

Nobre Vereador Nabil Bonduki, na cartilha de informação que V.Exa. escreveu, vemos que havia 8.000 unidades na Operação Urbana Água Espreada. Hoje há 534 unidades construídas, não por conta da lei de operação urbana, que não foi cumprida, mas por conta de uma obrigação(?) da Justiça. Se não é a Justiça, não existia nenhuma unidade dentro da operação urbana.

Gostaria de saber uma informação do Sr. Secretário, autor do projeto do Jardim

Edite, juntamente com a Sra. Marta. Lá construiriam 274 unidades. Por interesse imobiliário de uma ZEIS - lá há uma parte da ZEIS do Plano Diretor - não foi construído isso até hoje, e o juiz está determinando que seja construído e realizado, para que se cumpra o acordo. Se a ZEIS da operação urbana está garantida e se a ZEIS do Plano Diretor, dentro da Operação Urbana Água Espriada, que uma ZEIS específica, gostaria de saber se está garantida a ZEIS dentro do perímetro da operação urbana, que foi aprovada pelo Plano Diretor. Essa é uma dúvida que tenho de tirar com a secretaria, para que nos ajude. Pensem bem nesse Plano Diretor, porque queremos um plano diretor participativo. Acho que a participação está muito lenta. Não está sendo muito atendida a participação popular. Aqui não consta o orçamento participativo de São Paulo, que foi interrompido em 2005. Por meio deles, ganhamos um prêmio de 100 mil dólares, o qual o prefeito anterior não quis receber.

Queremos que seja implantado o orçamento participativo, onde a comunidade, onde a sociedade faz o controle social. Aí descobrimos a caixa preta do Executivo, fiscalizando. Temos o direito. E que seja deliberativo. O Conselho Participativo Municipal também está deixando um vazio muito grande. Se não for deliberativo, como será? Os 16 conselhos que há hoje não resolvem nada. Discutem, mas não decidem. Não adianta programarem e não discutirem. Não adianta plantarem o arroz e o feijão, e eles não poderem ser colhidos. É muito importante a Prefeitura pensar muito bem e o Governo pensar. Têm de ouvirem mais a população, porque é muito importante a participação social com respaldo. Precisamos de um Executivo que nos ajude e um Legislativo que faça com que se cumpra a lei aprovada.

O Vereador Nabil Bonduki sabe da dificuldade que tivemos para fazermos aquelas unidades do Jardim Edite, porque o interesse imobiliário é muito forte. Lá ainda há uma ZEIS, que estão tentando tirar dentro do PL da Operação Urbana Água Espriada, que é do Plano Diretor, por causa do interesse imobiliário. Reveja bem essa situação, nobre Vereador Nabil Bonduki, relator. Falo isso também ao Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano. Falem com o

Sr. Prefeito o que está acontecendo na cidade de São Paulo, para melhorá-la muito. Para isso, precisamos muito da população, mas a população também precisa de um Executivo que queira cumprir a campanha política.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Mário Bortoto, Assessor do Vereador Toninho Vespoli.

O SR. MÁRIO BORTOTO – Boa noite a todos. Complemento algumas falas que foram feitas aqui. Fala-se muito em gestão democrática. Por exemplo, na eleição do conselho participativo, as regras do jogo foram mudadas de última hora. Queremos acreditar, mas é difícil. Todos tinham as regras para participar e se candidatar ao conselho participativo.

Na minha região, por exemplo, no Perus-Anhanguera, faltando duas ou três horas para se encerrarem as inscrições dos candidatos, havia 13 inscritos. No dia seguinte, havia 62. Sabem por quê? Porque aceitaram até candidatos com lista xerocada. Então, não dá para acreditar no que está escrito. Precisa haver prática e coerência.

O Plano Diretor é uma lei importantíssima para a Cidade toda. Com a divulgação que se faz sobre essas audiências públicas, onde foi feita a divulgação?

Eu participo da Comissão de Política Urbana em todas as semanas. Disseram: “Não, vamos fazer uma grande divulgação na Cidade toda. Vamos falar no rádio”. Onde está a divulgação? Não há divulgação. Aqui deveria estar lotado. É difícil reunirem e trazerem o povo, mas falta divulgação. Mais uma vez, é difícil acreditarmos em gestão democrática. Na apresentação, foi falado sobre o reforço do papel das subprefeituras. O que é isso? Não fica claro. Na minha região, vejo que a subprefeitura lá não tinha a mínima estrutura para fazer nem o que ela faz hoje. Se não houver um concurso público para colocar pessoas qualificadas e tirarem aquele monte de pessoas, que estão lá representando e fazendo curral eleitoral de parlamentares, Vereadores e Deputados, se isso não for mudado, não adianta a participação popular.

Então, precisam criar uma estrutura mínima, na subprefeitura, com recursos humanos, com técnicos, para que possa dar conta. Falo do que a subprefeitura representa hoje, que não tem nenhum poder.

Falam em reforço do papel das subprefeituras. Gostaria que o Sr. Secretário discorresse para nós o que é isso, como será feito o reforço das subprefeituras, principalmente nas periferias, que estão abandonadas. Não há uma máquina e, e dependem de equipes, todas terceirizadas. Os funcionários públicos aposentaram-se e morreram, e aquilo está ficando às moscas. Quando é necessária uma emergência que não tem contrato com uma terceirizada, acabou, não é feito o serviço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Rafael Vitorino.

O SR. RAFAEL VITORINO – Cumprimento a mesa e todo o plenário em nome do nobre Vereador Nabil Bonduki. Não conheço o Sr. Daniel, mas ele falou muito bem sobre a questão da especulação imobiliária e sobre a preocupação dos moradores do Centro, quanto a essa realidade perversa, que está acontecendo no Centro de São Paulo. A impressão que tenho do Plano Diretor é que as empresas estão ávidas para tomarem conta de tudo. Falo das grandes incorporadoras(?).

Já que estamos falando de gestão democrática, coloco outro enfoque. Não está colocada, como prioridade, a questão do Parque Augusta.

Vou ler aqui a ata do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo, juntamente com a justificativa para a não criação do Parque Augusta.

- É lido o seguinte: (ata do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo, juntamente com a justificativa para a não criação do Parque Augusta)

O SR. RAFAEL VITORINO – Vemos que a Prefeitura não tem dinheiro, não tem 50 milhões para a construção do Parque Augusta. Já que estamos falando de gestão democrática, vamos dar uma olhada no PPA dos próximos quatro anos, para vermos como a Prefeitura está gastando o nosso dinheiro? O PPA é o Plano Plurianual, o planejamento de como a Cidade vai gastar o nosso dinheiro nos próximos quatro anos. Só para os senhores terem ideia de como ela vai gastar muito bem os nossos recursos, para construção, reforma e ampliação do Edifício da Câmara Municipal de São Paulo, vão gastar 147 milhões nos próximos quatro anos. Para se fazer um piscinão na Praça das Bandeiras, a Prefeitura, o município vai gastar 200 milhões de reais. Vão construir uma obra totalmente inadequada, desnecessária e não moderna, por não privilegiar a impermeabilização do solo. Serão gastos 95 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – São muito gastos.

O SR. RAFAEL VITORINO – Para troca e manutenção de placas de logradouro, são 95 milhões só para a Subprefeitura da Sé. A Cidade toda vai gastar, nos próximos anos, 1,050 bilhão para trocar placas e fazer a manutenção das placas de logradouros em São Paulo. Posso citar aqui várias outras verbas que representam realmente a importância, a prioridade que São Paulo está dando ao meio ambiente e ao Centro de São Paulo. Mais uma vez, isso foi esquecido.

Nobre Vereador Nabil Bonduki, votei em V.Exa. O nobre Vereador é uma esperança para nós. Espero que V.Exa. chame atenção dos Srs. Vereadores sobre essa realidade. São 800 milhões nos próximos quatro anos para São Paulo. Se verificarmos o que vai ser revertido para a população do Centro de São Paulo, é quase zero. Há previsão para a reforma do Anhangabaú. Vão tirar pedras portuguesas do Vale do Anhangabaú e vão gastar 150 milhões por causa da Copa. É necessário isso? Temos de multiplicar esse conhecimento. Temos de conhecer o que a Prefeitura está pensando, sobre planejamento para os próximos anos, para não cometermos os mesmos erros. Temos de participar mesmo. Temos de ler o orçamento, vendo como os gastos públicos serão gastos nos próximos quatro anos.

Sou um cidadão que mora há 18 anos no Centro de São Paulo. Como os senhores, também estou preocupado com essa realidade, que é perversa e vai continuar sendo, se não fizermos nada para mudar isso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Fernanda Bandeira de Mello.

A SRA. FERNANDA BANDEIRA DE MELLO – Boa noite a todos. Sou do gabinete do Vereador Andrea Matarazzo.

Nobre Vereador Nabil Bonduki, havia notado algumas coisas, mas mudei completamente a intenção da minha abordagem, depois das falas que me antecederam. O Sr. Barbosa sintetizou bastante a ideia, ao dizer que gastamos muito tempo falando do que e não estamos dizendo como. Deveríamos parar e não tentarmos redefinir as atribuições dos conselhos e aqui estou falando da C MPU. Por que estamos mexendo nas atribuições deles? Por que estamos mexendo nas atribuições da CTLU? Para tirar da CTLU uma das atribuições que não sei se ela exerce, mas deveria, que é acompanhar a aplicação do Plano Diretor? Retiraram.

Por que estamos mexendo nas atribuições da CPPU tirando dela um poder de ordenamento da paisagem urbana e ambiental? Para quê? Quando não estamos dizendo como é a participação popular. Então, deixa para mudar as atribuições nos instrumentos específicos, se é que são necessárias, e vamos tentar mergulhar em como a gente garante o funcionamento da participação no âmbito de tudo que foi dito aqui e que eu não tenho a menor intenção de sintetizar porque foi muito bem explanado.

Com relação à participação popular, gosto sempre de lembrar, eu venho da iniciativa privada e as pessoas para participar pagam para participar porque usam as suas horas produtivas ou suas horas de lazer. Então, precisamos dar instrumentos que, de fato, tornem esse esforço desejado e desejável em algo construtivo e efetivo.

Queria só pedir aos amigos do Parque Augusta ver se nos ajudam a ver os tantos outros parques que deixaram seus DUPs vencerem e serem invadidos, como por exemplo, a Vila Brasilândia. Um pecado ambiental.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Próximo é o Sr. Alexandre Gomes, assessor do Vereador Police Neto.

O SR. ALEXANDRE GOMES – Boa noite. Serei breve porque muitas coisas que teria de apontar já falaram e me sinto contemplado.

Gostaria de discordar do que a Lucila falou porque acho que o Conselho Participativo tem uma atribuição muito importante no Plano Diretor que é aprovar o Plano de Bairro. Estamos lutando para que os outros conselhos sejam paritários. Tem conselho que não é paritário e é 100% da sociedade civil e que tenha responsabilidade de aprovar o Plano de Bairro.

Então, no âmbito do território é uma atribuição muito importante e acho que é um grande avanço para a sociedade. O papel fica um pouco comprometido se for mantida a regra como a da eleição do conselho deste ano que desvinculou o voto do território. Quando chegar a hora de votar o Plano de Bairro, permanecer essa distinção a gente acha que foi algo provisório, um arranjo para conseguir provisoriamente viabilizar o conselho. Agora, se manter essa regra, realmente, não terá nem legitimidade para votar o Plano de Bairro se a pessoa que elege o conselho não faz parte do bairro.

Tal como é feito no Conselho Participativo, no Plano Diretor deveria ter uma restrição para que os ocupantes de todos os conselhos que fazem parte do sistema sejam vetados para quem ocupe cargo de confiança no Poder Público Municipal. Parece um detalhe, mas tem uma relevância e ajuda a fazer a diferença para que a voz da sociedade seja realmente da sociedade e não sobre a pressão de outros segmentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Próximo é o Sr. Renato Sena. Está cedendo para o Dito.

O SR. DITO – Nós, do Movimento de Moradia da Região Sudeste, estamos aproveitando este espaço. Nós temos um projeto do Minha Casa, Minha Vida que está sendo feito na região da Vila Monumento em uma área do INSS, e está em fase de aprovação.

Tem um Vereador chamado Dalton Silvano. Não sei se ele está aqui ou se tem assessor dele.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Ele faz parte da Comissão de Política Urbana.

O SR. DITO – Ele está organizando um movimento, inclusive tem um boletim dele, por isso queria passar para você, para impedir a construção do conjunto popular do Minha Casa, Minha Vida. Inclusive, aliou-se a um grupo na Vila Monumento, é uma área nobre, rica da Cidade e está fazendo um movimento para impedir a construção do nosso conjunto habitacional.

Já foram na SPURbis, no Ministério Público, na Caixa Econômica Federal. As entidades estão habilitadas para fazer o projeto, mas nesta Cidade, infelizmente, trabalhador e pobre não pode morar em bairro de classe média. Os caras querem que a gente more cada vez mais distante no fim da Cidade. É importante melhorar a periferia e ter moradia na periferia, mas também é importante que o povo nos melhores lugares da Cidade.

É nesse sentido que queremos pedir o apoio tanto do Secretário quando do Vereador Nabil no sentido de dialogarmos com esse Vereador para que ele pare de tentar impedir nosso conjunto habitacional e, inclusive, ajude a viabilizar projeto do Minha Casa, Minha Vida na Vila Monumento.

Obrigado, Renato, por ter cedido esse tempo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Próxima é a Sra. Maria Auxiliadora, da Associação São Benedito Legal, OAB-Santo Amaro.

A SRA. MARIA AUXILIADORA – Serei breve.

Entendo e acredito que é a participação da sociedade que faz transformações, só que não é nada fácil construir esse processo democrático. É fácil falar, ter discurso bonito e empolgante, mas colocar em prática e vivenciar é algo desafiador. Por quê? A grande massa está lá, não está aqui.

O que nós realmente representamos? Muito pouco. Isso é para não ser demagógico, é para ser real. Representamos muito pouco, essa é que é a verdade.

Será que quando estivermos no Conselho, se eleito formos, realmente, estaremos ouvindo a sociedade local para definir todas as prioridades? Porque é isso que terá de ser feito. O conselheiro terá uma atividade árdua, em minha opinião, que é de debater com aqueles que lá estão e com aqueles que nem sempre estão dispostos ao debate.

Então vejo que o Plano Diretor Estratégico traz mecanismos que avançam na discussão democrática, só que temos de ter a compreensão de que ele vai se aperfeiçoando ao longo do tempo. Podem ter certeza, no próximo Plano Diretor, teremos tudo muito mais construído e com uma participação mais efetiva.

Temos de lutar e os Vereadores precisam estar nessa trincheira de luta conosco e também o Executivo para que os Conselhos tenham voz ativa, senão ele cai no vazio, ele é desestimulado porque ele não tem voz e não decide nada. É necessário que caminhe, para que os conselhos possam decidir e possam ter voz ativa. Para isso, os conselhos têm de ter legitimidade, e a legitimidade não é o seu voto na urna, é estar em comunhão com a comunidade, ouvindo-a, porque nem sempre aquele interesse nosso imediato é o interesse do todo daquela comunidade. Temos de ter essa consciência. Isso é muito importante, porque senão ficamos no campo da demagogia.

Verificando aqui sobre, por exemplo, o conselho participativo, no início, foi feita uma proposta, que achei muito interessante, que pessoas votariam para os conselhos nas suas subprefeituras. Agora a Cidade inteira pode votar? E o cidadão de Santo Amaro? Eu não vou

poder contribuir, em nada, no Itaim? Acho que faltou o diálogo do Tribunal Eleitoral. Sei que esse é um mecanismo difícil. Não é tão fácil contornarmos isso. Têm de criar regras e condições técnicas para a eleição, e não foi pensado nisso. Na verdade, é o voto distrital. É esse que nos vai dar legitimidade realmente para valer. Uma pessoa teve mil votos da sua base lá, na subprefeitura de onde ela está.

Hoje não vai ser assim, mas podemos aperfeiçoar. Na próxima eleição, antes temos de travar esse diálogo com o Tribunal Eleitoral. Realmente, isso para dar lisura ao processo, vai estar à frente, para criar mecanismos técnicos, para que haja eleição nesses moldes.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Alcione.

A SRA. ALCIONE – Boa noite a todos.

Nobre Vereador, pedi a palavra apenas para apresentar a minha indignação. Eu participei de quatro conferências. Inclusive, uma foi a estadual, de Assistência Social. Também tenho participado das audiências públicas de Planejamento, do Plano Diretor, mas como já foi dito, apresento a minha indignação. Tenho lutado muito como conselheira em diversas áreas. Também sou conselheira gestora da supervisão de Saúde. Na minha região, a Saúde está andando aos empurrões.

Em todos os outros movimentos que me dispus a participar e lutar por uma melhoria para a nossa sociedade, eu não passei de uma marionete. Por quê? Porque nada foi deliberado. Apenas ouviram o que eu estava desejando, querendo para a sociedade civil. Há quem não tem a oportunidade que eu tenho, de estar aqui ou em outro lugar, falando diretamente com um parlamentar. A maioria das pessoas nem sabe onde fica a Câmara Municipal. Às vezes, não tem como chegar aqui.

Venho aqui não falar por mim, mas falar por todas essas pessoas que necessitam. Se eu vou a uma conferência é para isso, se vou a uma audiência pública, é para isso. Poderia estar em casa descansando, ouvindo uma novela, mas não, eu estou aqui em busca de

melhorias para a sociedade, que não pode estar aqui.

Estou indignada, ao saber que estamos sendo apenas uma marionete, um brinquedo nas mãos de todos esses parlamentares, que não deixam que deliberamos nada. Apenas falamos e as palavras perdem-se no vento.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. nos ajudasse e colaborasse, para que todos os conselhos tornem-se deliberativos. Não podem existir conselhos consultivos. Para quê? Para a pessoa vir aqui falar e o vento levar? Temos de ter o conselho deliberativo. Temos de deliberar. A sociedade civil é a maioria. Quem coloca os parlamentares lá é a sociedade civil, que vai à urna e os coloca. Para quê? Na esperança que deliberem ao povo alguma coisa favorável, mas, pelo contrário, todos acabam na mesma situação.

Essas desapropriações estão sendo feitas. Estamos na discussão do Plano Diretor. Estão para desapropriar, aliás, já está sendo desapropriada uma vasta área na Serra da Cantareira, para passar transportes. Quer dizer, há mais direitos os automotores do que o ser humano, porque quem mora lá vai perder a sua moradia. O dinheiro que vão receber não vai dar nem para pagarem aluguel. Não há moradia para ninguém. Não estão sendo feitas as moradias. Essa é a minha indignação.

Faço um pedido para todos os Vereadores da Casa que estão me ouvindo. Mudem essa situação. Deixem a democracia imperar. Acabou-se a ditadura. Vamos trabalhar todos juntos. Nós, da periferia, é que podemos trazer a necessidade até V.Exas., porque V.Exas. não têm pernas para andar em todos os lugares. Se não trouxermos informações aqui, V.Exas. não vão ficar sabendo.

É por isso que peço: “Vamos trabalhar para que tudo seja deliberativo”. Não vamos deliberar sozinhos”. Vamos chegar com V.Exas., sentar, conversar e montar um trabalho, um projeto, deliberando juntos. Vamos trabalhar todos juntos. Na hora da eleição, os nossos votos não unem, para colocar as pessoas lá? Então, vamos colocar tudo deliberativo. Vamos fazer com que a democracia exista realmente. A democracia é isso, é a população trabalhando com

os governantes.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Encerraram-se todas as falas.

Faço algumas considerações aqui, necessárias para a nossa reflexão. Obviamente o Plano Diretor tem muitos temas. O tema da participação é um deles, e o tema da participação é mais amplo do que o Plano Diretor. Ele trata de um conjunto de instrumentos, todos os conselhos setoriais, ou o conselho participativo ou o conselho de representantes. Na verdade, é um sistema onde se buscou montar(?) a democracia participativa. Democracia é sinônimo de participação. Não vou fazer aqui uma reflexão mais ampla, de ciência política. A democracia surgiu no século XXVIII e se estruturou dentro da lógica da democracia representativa, que se contrapôs aos sistemas autoritários, principalmente as monarquias daquela época, as europeias, onde a decisão era tomada de maneira centralizada pelo soberano, pelo governante.

Naquele momento, na Revolução Inglesa, vai se estruturar o sistema de representação parlamentar. Esse sistema vai estruturar as democracias liberais, que vão ter os seus parlamentos. Aos parlamentos, dependendo da estrutura política de cada país, estabelece-se um conjunto de poderes que dividem - isso varia de país para país. Cada país assumiu um sistema, vai variar. Falo do que cabe ao Legislativo, o que cabe a essa estrutura representativa e o que cabe ao Executivo.

No Brasil, principalmente a partir da ditadura, quando se reconstrói um sistema de representação parlamentar, a partir da Constituição de 88, desenvolve-se um conceito importante, da necessidade de se estruturar uma democracia participativa, além de uma democracia representativa. Os parlamentos são insuficientes para tomarem decisões, são insuficientes para que possam representar o conjunto da população. Portanto, é necessário que existam outras instâncias de participação.

A partir daí, nós, no Brasil, buscamos construir um desenho de democracia participativa, que esteve ou está - digo isso porque somos herdeiros da decisão daquele momento - muito baseado na definição, na eleição de conselhos. Então, isso começou já numa luta até antes da Constituição de 88, quando houve os Conselhos de Saúde, que tiveram um papel muito importante, inclusive na formulação dessa proposta.

A partir daí, passamos a ter vários conselhos em vários níveis de Governo. Principalmente nos últimos dez anos, por deliberações dos sistemas nacionais, tornou-se obrigatória a criação de conselhos nos demais níveis de Governos, nos Estado e municípios. Então, além do sistema do SUS, que já tinha essa estrutura de Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde, temos os Conselhos de Educação e de Assistência Social, todos regulamentados por lei. Há também os Conselhos de Habitação, que vieram na interpretação de interesse social. O Estatuto da Cidade está estabelece também a necessidade de instâncias de participação. Então, em muitas cidades, passa a haver os Conselhos de Política Urbana.

Faço algumas reflexões. Hoje nós temos uma estrutura montada de conselhos, mas com poucas exceções. Esses conselhos não são deliberativos, são conselhos consultivos. A grande maioria dos conselhos são consultivos e não deliberativos.

Se quisermos aprofundar a questão da deliberação dos conselhos, temos de falar da questão da legitimidade dos conselhos. Como eles são constituídos, para que possam legitimamente representar e ter um peso nas decisões tomadas? Vou dar um exemplo só para termos clara a dificuldade desse problema. Sou professor da USP, e ela tem um representante no Conselho Municipal de Política Urbana. Eu nunca, enquanto professor da USP, representado por uma pessoa no Conselho Municipal de Política Urbana, jamais fui consultado por essa pessoa e jamais fiquei sabendo de alguma coisa que acontecia no Conselho Municipal de Política Urbana pelo, em tese, meu representante.

Provavelmente, jamais houve uma reunião convocada pelo representante, para que pudéssemos manifestar a respeito dessas posições que deveriam ser tomadas ali. A maioria ou

uma parte dos conselhos é formada por entidades que, em tese, representam a sociedade civil. Eu, como professor da USP, não fui consultado, mas será que o representante da USP, que representa, no conselho, as entidades acadêmicas e universitárias, consultou as outras entidades acadêmicas, para que aquele conselheiro pudesse os representar? Estou levantando aqui essas questões não para criticar ninguém. Nós, como parlamentares, somos muito criticados quando tomamos algumas decisões, consultando ou não os seus eleitores, os seus representados. Agora, essas instâncias criadas, com essa estrutura, apresentam também uma grande dificuldade para poderem ser instâncias que consigam representar o todo da sociedade.

Estou aqui problematizando, porque é uma questão que me preocupa muito, por ser uma pessoa que, há trinta anos, discuto as limitações dos Legislativos, embora seja parlamentar, e considero insuficiente a representação por meio do Legislativo, mas também vejo - também já fui membro de conselhos - talvez essa mesma crítica que eu esteja fazendo para o meu representante possa ser feita para mim, enquanto conselheiro - que essas instâncias de conselho também têm problemas graves de legitimidade e de representação.

Então, se, por um lado, considero que é absolutamente fundamental que se estabeleça - temos de estabelecer, nas questões centrais do Plano Diretor - o controle social e a participação, também vejo um conjunto de problemas, para que isso aconteça.

Destaco aqui alguns problemas que foram levantadas no projeto de lei, e precisamos pensar muito bem. Eu vou falar daquilo que é específico em termos de Plano Diretor, porque essa problemática de conselhos e de participação é um projeto mais amplo no qual nós deveríamos nos empenhar para avançar, inclusive agora, com os conselhos participativos regionais das subprefeituras, que se “complexiza” ainda mais.

Mas o que é específico do Plano Diretor e que tem uma importância muito grande?

Em primeiro lugar, o Fundurb – Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Trata-se de um instrumento específico do Plano Diretor. Este cria um conjunto de instrumentos, dos quais o mais importante é a outorga onerosa do direito de construir, e esse recurso vai para

um fundo, de modo que é necessário que haja uma decisão sobre como aplicá-los.

Vou falar disso para não deixar sem resposta a discussão sobre os parques – não do Parque Augusta, simplesmente; a questão dos parques – frente a outras necessidades.

Rafael levantou aqui uma coisa muito interessante, quando listou um conjunto de obras previstas, ou despesas previstas, e falou: “Quais despesas são as mais importantes?” E essa é uma questão fundamental: como os nossos recursos são aplicados; com os recursos de investimento da cidade, quem decide a prioridade que deve ser dada para a utilização dos recursos?

Isso é um problema de orçamento participativo, que também não é assunto do Plano Diretor. Orçamento participativo é uma questão fundamental, pois é como o orçamento é debatido, é discutido na cidade. Nesse momento, há outras audiências públicas aqui na Casa sobre o Orçamento que vai ser votado na Casa. Então, a discussão do Orçamento e do PPA são importantes, e o Legislativo decide o Orçamento. Agora, assim como nós estamos falando de uma possibilidade de existência de orçamento participativo, que é, inclusive, uma bandeira histórica do PT, temos no Plano Diretor uma questão específica: o Fundurb.

Então, em primeiro lugar, vamos separar – e foi por isso que eu falei do conselho participativo, que tem uma legislação própria que é muito além do Plano Diretor. É claro que o Plano Diretor pode, se quisermos ser muito amplos, incluir uma série de questões que não são exclusivamente tratadas no Plano Diretor – orçamento participativo, conselho participativo, até mesmo outros conselhos, se alguém decidisse entrar. Mas não acredito que essa deva ser o nosso caminho, porque não estamos fazendo audiências públicas genéricas sobre participação a respeito de todos os temas, estamos fazendo audiências públicas sobre o sistema participativo dentro do planejamento urbano. Acredito que é mais importante discutirmos o sistema participativo no que diz respeito ao Plano Diretor – portanto, Conselho Municipal de Política Urbana, Fundurb, eventuais questões que tratem de aprovações e de discussão dos projetos urbanísticos específicos, alguns dos quais devem passar por plebiscito ou referendo. Será? Quais são os projetos que deveriam passar por esse tipo de deliberação? E se essa questão entrasse em discussão, eu problematizaria bastante, porque sabemos o que tem sido os plebiscitos no Brasil. Mas, de qualquer maneira, eu acho que esses assuntos deveriam ser os nossos assuntos prioritários para tratar do Plano Diretor.

Precisamos introduzir, com um pouquinho mais de clareza, qual é o controle social que deve ser feito nas decisões do Fundurb, e em que medida o projeto de lei já não deve

estabelecer, com um pouquinho mais de precisão, quais são as prioridades para a utilização desses recursos. Isso porque está muito aberto do jeito que está, e, portanto, dá condições para que muitas questões sejam utilizadas pelo Fundurb, sem um foco mais específico. Em algum momento, em algum pedaço do texto, lá no começo, ele fala que a prioridade são nas zonas de redução da vulnerabilidade social. Mas na parte de participação não estabelece esse critério para a utilização dos recursos. Esse é um ponto importante.

Em relação ao Conselho Municipal de Política Urbana, nós temos de fazer uma discussão mais aprofundada sobre a sua composição e a legitimidade da participação dentro dele. Se nós quisermos aprofundar e ampliar o grau de liberação, aquilo que eventualmente pudesse vir a ser incluído como deliberativo dentro dele, porque do jeito que está composto eu não acredito que ele é plenamente representativo do conjunto da sociedade. Então precisaríamos discutir a sua composição para poder discutir melhor o seu poder de deliberação, sob risco de darmos um poder a ele que, de certa forma, poderá ser utilizado de maneira que não nos interessa. Inclusive porque eu já vi acontecer: os conselhos podem participar de processos de troca de favores tanto quanto os nossos parlamentos, ou até mais do que os nossos parlamentos em algum momento. Então, para se aprofundar o caráter deliberativo, é fundamental que fiquem mais claras as maneiras através da qual se faz a eleição, a fiscalização, o acompanhamento, se dá transparência às decisões, porque muitas vezes isso pode acabar sendo um tiro pela culatra do ponto de vista da nossa representatividade, da construção da democracia participativa. Agora, eu quero realmente dizer, e realmente participo há mais de 30 anos, da discussão sobre a necessidade de construirmos uma democracia participativa. E acho que chegamos um pouco nesse limite. Esta semana, vou a Brasília, por exemplo, para participar da Conferência Nacional das Cidades. Eu não sei se eu quero ser conselheiro nacional da cidade, porque, embora tenha sido um avanço na época em que ele foi constituído, eu tenho muitas dúvidas se ele hoje exerce um papel importante, ou se temos de repensar essa estrutura. Então temos de fazer uma reflexão séria, porque, senão, podemos cair num equívoco que me parece que não seria interessante participar. Agora, eu acho que questões importantes foram levantadas aqui.

Por exemplo, a questão da hierarquização de instrumentos. É muito importante saber efetivamente o que cabe à Câmara Técnica de Legislação Urbanística, que, como o próprio nome diz, é uma câmara técnica, e é onde realmente se delibera. Eu acho que hoje a Câmara Técnica de Legislação Urbanística delibera mais do que o Conselho, e, em alguns

casos, até mais do que a Câmara, por lacunas de legislação. Por falta de a Câmara fazer uma legislação mais precisa e mais adequada, sobram coisas que vão para Câmara Técnica e lá são decididas. Então temos situações que precisamos ver. Qual é a hierarquia no processo de decisão? É muito importante avançar nessa discussão. Foi levantada a questão de quem decide sobre certos temas – por exemplo, impacto de vizinhança; projetos que são de interesse geral, difuso, como os advogados gostam de dizer, e que contrariam os interesses específicos e particulares. Essa é uma questão importante nesse processo de decisão e de processos participativos.

Às vezes, como já aconteceu – vimos aquele caso da estação de metrô que foi cancelada, depois foi “descancelada” em Higienópolis: havia o interesse de alguns moradores do entorno que não queriam a estação naquela local. O interesse específico do grupo local em conflito com o interesse de caráter difuso, portanto, de uma coletividade mais ampla. Esses conflitos e essas questões, numa cidade complexa do tamanho de São Paulo, são difíceis de serem equacionadas e resolvidas quando o interesse local se choca com o interesse geral. E não poucos os casos em que isso acontece. Por exemplo, um aeroporto o seu impacto em relação à população. Tínhamos o Aeroporto de Congonhas, que existia desde os anos 30, e em cujo entorno se estabeleceu uma população que agora é impactada pelo barulho do aeroporto. Esse tipo de situação são muito comuns. E como as decisões são tomadas?

Estou aqui complexizando; e não sei se Daniel, que falou sobre o Parque Augusta, está aqui ainda. O fato é que novamente vamos entrar numa discussão de orçamento – de onde os recursos são aplicadas.

Fernanda falou do Parque da Brasilândia, por exemplo. Então nós temos hoje quase 100 parques com DUPs (?), com decretos de interesse social, que estão caducando. Porque é fácil fazer decreto. Como a gente sabe, papel aceita tudo. Então fazer um decreto de desapropriação é fácil. Agora, depois pagar o valor que a constituição define, porque não é o município que decide quanto que ele paga para desapropriar uma área. A Constituição diz que tem de ser pago previamente em valor chamado justo, que cada um acha uma coisa, mas quem decide isso é o Judiciário. Então se somarmos todos esse parques, vamos somar um só valor de recurso. O Plano Diretor tem uma lista de 150 parques – inclusive o Parque Augusta. O papel aceita tudo. Agora, quanto vai custar? Há alguns que estão previstos, alguns existentes, mas a maior parte deles previstos. Quanto custa esse total de parques? Quais são as prioridades, como é que isso se distribui? É uma discussão na qual teremos de avançar.

Não sei se deixaremos o Plano Diretor simplesmente dessa maneira e para a gestão decidir quais são os parques ou vai se vamos estabelecer uma priorização sobre quais são os parques mais importantes no sentido de atender ao conjunto, ao melhor custo-benefício. No fundo, estamos falando de custo-benefício. É mais importante o que a Fernanda falou, por exemplo, do parque da Brasilândia, que vai custar “x”, ou do parque Augusto, que vai custar “y” - não sei se mais ou menos. Há um certo momento...

- Intervenção fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Tudo bem, pode ser que você ache que não, mas alguém vai dizer que a Cidade não está bem sinalizada. Não vamos entrar nessa discussão, que é complexa, de para onde vão os recursos.

De qualquer maneira, quero chamar a atenção sobre a complexidade dessa questão e sobre como podemos criar canais de decisão que possam ser importantes para avançar no sentido de uma democracia que ouve a população, que considera as questões.

Antes de finalizar, quero dizer que, como relator do Plano, representando a Comissão de Política Urbana, estamos ouvindo vocês, e certamente não estamos ouvindo para não levar adiante as questões que estão sendo ouvidas.

Evidentemente, não temos decisão sobre todos os assuntos – nem o relator nem a comissão. Todas as questões que estão sendo debatidas aqui serão contempladas, terão de ser analisadas e serão debatidas com o Executivo. E sabemos que o tema democracia participativa é um assunto que o Executivo - todo o Executivo, não é só o atual, mas também o anterior, o anterior ao anterior... Os Executivos em geral, os governos sempre acham que vão ficar o tempo todo no governo. Então, sempre querem ter mais controle. Mas também há a responsabilidade das decisões tomadas. Não é só uma questão de controle, mas também de responsabilidade. Se for transferir o poder para uma instância, tem de transferir sabendo que será responsável por aquela decisão e terá de implementar, porque, se a Câmara toma uma decisão irresponsável, e o Executivo tem de executá-la, ele terá de executar uma decisão irresponsável. Então, o Executivo tem um papel importante, e temos aqui um sistema de

poderes que faz um jogo de pesos. Peso do Legislativo, peso do Executivo e peso do Judiciário. Foi estruturada a democracia liberal, e introduzimos aqui um quarto poder, o da democracia participativa. Para não dizer que o quarto poder é o da imprensa, que muitas vezes tem um peso tão grande quanto o que vemos recentemente. A imprensa tem uma capacidade grande, e por isso foi sendo chamada de quarto poder. Eu diria que o quarto poder seria o dos espaços de participação, mais amplo que os três poderes da democracia liberal. De qualquer maneira, esses contrapesos precisam ser exercidos.

Então, o Legislativo precisa exercer o seu papel, e é por isso que estamos discutindo esse projeto de lei, que não é para este governo, é para todos, para este e para os próximos dois, três governos. Portanto, o Legislativo tem de ter responsabilidade, tem de ouvir o Executivo, tem de ouvir a sociedade e tem de chegar à melhor solução para a Cidade poder avançar.

Queria fazer esta fala para dizer que o que vocês fizeram está sendo ouvido, registrado, será analisado. Sabemos que não podemos dizer que o conselho será deliberativo em todos os seus aspectos, pois evidentemente é impossível que isso seja aceito, mas poderá se avançar no sentido de um sistema em que haja mais controle social, mais espaço de deliberação e que também tenha instâncias mais legítimas. Ampliar, por exemplo, o espaço de controle social sobre os conselhos, porque, observem, o conselho exerce um controle social sobre os governos, mas também é necessário que haja um controle social sobre os conselhos para evitar que ele vire um balcão de negócio também, o que pode acontecer.

Queria fazer essas reflexões. Agradeço muito a presença de vocês.[]

A Márcia pediu a palavra, mas estamos já concluindo.

A SRA. MÁRCIA – Queria colocar só uma coisa: falei em democracia, e fiz aquele conceito no começo, e quanto à democracia representativa, como você está colocando, realmente existe a palavra representativa porque há modelos de representatividade, diretos e indiretos, mas que não deixa de ser democracia. Nós temos a nossa, direta. Os Estados

Unidos têm a indireta, e nem por isso deixam de praticar a democracia.

Segundo, com foco no que foi debatido aqui, instrumentos de gestão. Nós temos os conselhos, que estariam diretamente ligados ao Plano Diretor – C MPU, o Conselho de Habitação, O Fundurb, que você mencionou. Então, não somos nós que vamos relacionar todos os conselhos. O que estamos solicitando é que no Plano Diretor constem conselhos que estejam diretamente ligados ao ordenamento da Cidade e que eles sejam deliberativos. Ou seja, um Cades com esse item 262, que foi colocado e levantado lá na subprefeitura do Butantã na nossa audiência. Os megaempreendimentos que passam por áreas de preservação ambiental não podem ser aprovados no Cades lá em cima, ele tem de ser submetido ao bairro, porque nós sabemos as implicações. Então, o Cades é um conselho importante para que ele faça parte da discussão do Plano Diretor. A C MPU idem, a da habitação, idem. O fundo de como vai ser usado na cidade também. Agora, há outros conselhos que farão parte de outros instrumentos. Queria deixar claro isto: você tem de relacionar e selecionar aqueles conselhos que possam, efetivamente, dar o parecer e interferir na Cidade.

Muito obrigada.

O SR. NABIL BONDUKI – Obrigado. Queria agradecer muito a presença de vocês todos. Estamos buscando vir ao máximo possível de audiências. Evidentemente, a divulgação em uma cidade do tamanho de São Paulo não é muito fácil, mas vocês que representam várias entidades e têm contato com os cidadãos podem e devem nos ajudar nesse processo de divulgação.

Quero encerrar formalmente a audiência pública. Não havendo mais nada a tratar, quero encerrar a décima oitava audiência pública do Plano Diretor Estratégico.

Convido todos para a audiência pública da Sé, na próxima quinta-feira. A audiência pública regional Sul, no Campo Limpo, sábado de manhã. A de Cidade Ademar, no domingo de manhã, e terça-feira a que vai discutir os instrumentos e o sistema ambiental urbano na Câmara Municipal, às 9h da manhã.

Obrigado pela presença de todos. Aguardamos a presença dos senhores nas próximas audiências. Muito obrigado.